

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01072/2022)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Montes Claros/MG	CNPJ:	22.678.874/0001-35
Endereço:	Av. Cula Mangabeira		
Bairro:	Santo Expedito	CEP:	39401-002
Telefone:	3822211-3000	Fax:	(038) 3229-3000
E-mail:	contabilidade.pmmoc@gmail.com		
Representante	HUMBERTO SOUTO GUIMARÃES		
CPF:	065.892.356-00		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	prefeito@montesclaros.mg.gov.br	Data início da	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES	CNPJ:	66.489.741/0001-96
Endereço:	Rua Viúva Francisco Ribeira, nº 150		
Bairro:	CENTRO	CEP:	39400-114
Telefone:	3802211-3895	Fax:	(038) 3221-7830
E-mail:	diretoriaadm.prevmoc@gmail.com		
Representante	EUSTÁQUIO FILOCRE SARAIVA		
CPF:	108.450.036-15		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	presidencia.prevmoc@gmail.com	Data início da	01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Complementar nº79 de 03 de março de 2020 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Montes Claros da quantia de R\$ 402.224,67 (quatrocentos e dois mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2012 a 01/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Montes Claros confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressaltado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 402.224,67 (quatrocentos e dois mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 33.518,72 (trinta e três mil e quinhentos e dezoito reais e setenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 33.518,72 (trinta e três mil e quinhentos e dezoito reais e setenta e dois centavos), vencerá em 28/01/2023 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério do Trabalho e Previdência as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº Lei Complementar nº79 de 03 de março de 2020.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01072/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Montes Claros - MG / 21/12/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
06589235600	Humberto Guimarães Souto	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 20/01/2023
10845003615	EUSTAQUIO FILOCRE SARAIVA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 21/12/2022
05015663684	RODRIGO NERI DE AZEVEDO	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 21/12/2022
10659252635	VALTER ALVES DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 21/12/2022



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 20/01/2023 16:18:31.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=534637&crc=62E92AD4>
, informando o código verificador: 534637 e código CRC: 62E92AD4.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01072/2022)**

DECLARAÇÃO

HUMBERTO SOUTO GUIMARÃES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01072/2022, firmado entre o/a Montes Claros e o INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS em 21/12/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Montes Claros, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
06589235600	Humberto Guimarães Souto	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 20/01/2023
10845003615	EUSTAQUIO FILOCRE SARAIVA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 21/12/2022
05015663684	RODRIGO NERI DE AZEVEDO	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 21/12/2022
10659252635	VALTER ALVES DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 21/12/2022



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 20/01/2023 16:18:31.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=534637&crc=62E92AD4>
, informando o código verificador: 534637 e código CRC: 62E92AD4.